

NORMATIZAÇÃO DA SEXUALIDADE NOS DISCURSOS MÉDICOS EUROPEUS A PARTIR DO SÉCULO XVIII: A PROSTITUTA, UMA “ESPÉCIE SEXUAL”

Daniela Nunes do Nascimento

*Mestra em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo - PPGNEIM/UFBA.
Especialista em Gênero e Sexualidade - IMA/UERJ. Especialista em Metodologia do Ensino na Educação Superior – Fundação Visconde de Cairú. É professora do SESI/CANDEIAS e da Rede Estadual de Educação. E-mail: danielannascimento@gmail.com*

Resumo

Este artigo objetiva discutir a explosão de discursos médicos produzidos na Europa, a partir dos séculos XVIII, sobre a sexualidade, a partir de uma nova “ciência sexual”¹, e como esse emaranhar de enunciados tipificara a prostituta como uma “espécie sexual”. Estas “conceituações” europeias influenciaram os discursos médicos e jurídicos no Brasil sobre a sexualidade, bem como favoreceram a perseguição local às prostitutas, as quais também são objeto de análise deste artigo.

Palavras-chave: discursos, sexualidade, prostituta, controle.

Apresentação

Como poderíamos conceituar o sexo, a sexualidade “normal” e “anormal”, a verdadeira finalidade do sexo na sociedade? Desde os tempos pretéritos, estas são algumas das indagações que emergiram ao longo da história da humanidade. Inúmeras respostas foram emitidas para essas perguntas. Discursos teológicos, jurídicos e médicos foram formulados em momentos históricos específicos, estabelecendo definições para o sexo e a sexualidade e, principalmente, definindo mecanismos de controle e poder.

O objetivo central deste artigo é indicar a explosão de discursos médicos produzidos na Europa a partir dos séculos XVIII sobre a sexualidade, a partir de uma nova “*ciência sexual*”, e a caracterização da prostituta como uma “espécie sexual”. Essas “conceituações” europeias influenciaram nos discursos médicos e jurídicos no Brasil, potencializando a perseguição local às prostitutas.

¹ Até o século XIX, o comportamento sexual estava principalmente no centro das preocupações ocidentais da religião e da filosofia moral. Contudo, com o passar dos séculos, mudanças políticas, econômicas e sociais permitiram que os olhos da medicina e do Estado se voltassem para a sexualidade, tornando-a preocupação generalizada dos especialistas, médicos, psiquiatras, juristas de profissionais e reformadores da moral. De acordo com Michel Foucault, falar sobre o sexo através de uma perspectiva científica, da “racionalidade”, começou a surgir a partir do século XVIII. Para os pesquisadores dessa época, deveria levar em conta a formulação de um discurso baseado na racionalidade “não cumpria falar do sexo mais como uma coisa que deve simplesmente condenar ou tolerar, assim como fazia a Igreja Cristã, mais gerir, inserir um sistema de utilidade, regular para o bem de todos, inserirem um padrão “ótimo”” (FOUCAULT, 2010a, p.31). A sexualidade, nesse momento, saía do terreno religioso e entrava no campo científico. O tema ganhou, no final do século XIX, sua própria disciplina, a sexologia, tendo como base a psicologia, a biologia e a antropologia, bem como história e sociologia. (WEEKS, 2010, p.39).

Para este ensaio, entende-se que a sexualidade é uma construção histórica e que as formas de manifestação dos prazeres, desejos, incitações se modificam dependendo da temporalidade, lugar, sociedade e Estado, por sofrerem influências de controle ou incitação (FOUCAULT, 2010a, p.24). Nessa perspectiva, discute-se: as representações da sexualidade nas sociedades da Grécia e Roma Antiga, bem como a função social, política e biológica do sexo foram modificadas nessas sociedades a partir da inserção do Cristianismo; o controle religioso da sexualidade e das práticas sexuais consideradas ilegais, especialmente o comércio do corpo; motivos que despertaram os interesses de médicos, psiquiatras, juristas e dos gestores de Estado no controle das práticas sexuais através de um dispositivo “racional”; e a imposição de padrão único de exercício da sexualidade a todos os indivíduos, com a criação da “Ciência sexual”.

Por fim, objetiva-se, através da análise interdisciplinar de diversos campos do conhecimento, que retratam os dispositivos de controle sexual, e de livros historiográficos que abordam a prostituição no Brasil no final do século XIX e início do XX, principalmente nas grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, identificar os mecanismos de poder sobre os corpos e o sexo, que buscaram padronizar a sexualidade humana, condenando a prostituição.

Sexo e sexualidade: algumas discussões e conceitos

O termo sexualidade, segundo Chauí (1984, p. 18), só apareceu em 1838. Na psicanálise, o dicionário oferece a data de 1924. Essa palavra não existia antes do século XIX, e possui uma história, assim como os mecanismos de controle impostos pela Igreja e pela “Ciência Sexual”. O termo sexo significou, originalmente, o “resultado da divisão da humanidade no segmento feminino e no segmento masculino”. Referiam-se, naturalmente, às diferenças entre homens e mulheres, mas também a forma como homens e mulheres se relacionavam. Nos últimos dois séculos, principalmente no século XVIII, o sexo ganhou um sentido mais preciso, se referindo às diferenças anatômicas entre homens e mulheres, a corpos marcadamente diferenciados e ao que nos divide, e não ao que nos une (WEEKS, 2010, p.42).

O uso da palavra sexualidade, segundo Foucault (2010a, p.10), foi estabelecido também em relação a outros fenômenos como: o desenvolvimento de campos diversos (que cobriam tanto os mecanismos biológicos da reprodução como os variantes individuais ou sociais do comportamento; a instauração das normas, em partes tradicionais e em partes novas, e que se apoiam em instituições

religiosas, judiciárias, pedagógicas e médicas; como também as mudanças no modo pelo qual os indivíduos são levados a dar sentido e valor a sua conduta, seus deveres, prazeres, sentimentos).

Weeks revela que no famoso estudo *Psychopathia sexualis*, do sexólogo *Richard von Krafft-Ebing*, encontra-se argumentações sobre a sexualidade. Richard descreve, no início do século XIX, o sexo como um “instinto natural”, o qual, “ com uma força e energia avassaladora, exigia a satisfação” (WEEKS, 2010, p.39). O sexo foi expresso como um “instinto” para a satisfação das necessidades básicas do corpo, vendo a sua prática como necessidade dada e inerente a todo o ser humano, fisiológica, necessária para a sobrevivência, assim como beber água, se alimentar. Todos os indivíduos teriam um “instinto sexual natural”, e a prática do sexo seria necessária a todos, independente de fatores culturais, sociais, etc.

Há uma vasta literatura na contemporaneidade que indicam abordagens contrárias as apresentadas nessa discussão. Na verdade, a sexualidade é um construto social, uma invenção histórica, a qual, naturalmente, tem base nas possibilidades do corpo: o sentido e o peso que lhe atribuem são, entretanto, modelagens em situações sociais concretas (WEEKS, 2010, p.40). As definições, convenções, crenças, identidades e comportamentos sexuais não são o resultado de uma simples evolução, de um “instinto”, como se tivessem sido causados por algum fenômeno natural: eles têm sido modelados no interior das relações definidas de poder, indicando quando, com quem e porque se deve praticar o sexo (WEEKS, 2010, p.42).

Para esse tipo de pensamento, baseados na teoria da Construção Social,² os discursos que foram produzidos através da medicina, da psicologia, do trabalho social, das escolas e outras instâncias, como a religião, nos últimos dois séculos, intervíram consideravelmente nas formas como se pensa e se lida com a sexualidade, todas procurando dizer quais as formas apropriadas para regular as atividades corporais e “sexuais”. Weeks (2010, p.43) argumenta que os significados atribuídos à sexualidade e ao corpo são socialmente organizados, sendo sustentado por uma variedade de linguagens que buscam dizer o quê o sexo é, o quê ele deve ser e o que pode ser. Os discursos sobre a sexualidade, produzido inicialmente pela Igreja, e depois incorporados com outras roupagens pela Ciência, foram mecanismos de poder reguladores da sexualidade, que definiram também as funções da sexualidade feminina e masculina.

² Segundo Jeffrey Weeks, a expressão “construcionismo social” será usada como um termo abreviado para descrever a abordagem, historicamente orientada, que estaremos adotando, relativamente aos corpos e a sexualidade. O construcionismo social quer dizer que só podemos compreender as atitudes em relação ao corpo e a sexualidade em seu contexto histórico específico, explorando condições historicamente viáveis que dão origem e importância atribuída a sexualidade num momento particular e a apreendendo as várias relações de poder que modelam o que vem a ser visto como comportamento normal e anormal, aceitável e inaceitável (Weeks, 2010, p.43).

Thomas Laquer³ indica que a passagem da teoria religiosa sobre o sexo para uma teoria científica colaborou para intensificar a sujeição sexual da mulher em relação ao homem e hierarquizou ainda mais as relações de poder e submissão entre os sexos, que já eram desiguais nos discursos religiosos. No século XVIII, o discurso dominante era que “os corpos masculino e feminino eram versões hierárquica e verticalmente ordenadas em um único sexo”, este sexo era o masculino (LAQUER, 2010, p.15). O corpo feminino era uma versão inferior ao corpo masculino. Contudo, o orgasmo e o prazer feminino eram vistos como necessários para uma fecundação bem sucedida.

No século XIX esse discurso foi modificado por um modelo reprodutivo que enfatizava a existência de dois corpos marcadamente diferentes, assinalando que a mulher não precisava ter orgasmos para a fecundação, pois o orgasmo em nada interferia para a procriação, pois a reprodução era automática (LAQUER, 2010, p.15). Esse foi um momento crítico na reformulação das relações de gênero, porque sugeria a diferença absoluta entre homens e mulheres; não mais como corpos parcialmente diferentes, mas como corpos singulares e desiguais, o masculino e o feminino (WEEKS, 2010, p.57). A satisfação sexual feminina é desconsiderada e regulada, explicitada através do poder do discurso médico.

Essa mudança de paradigma não surgiu diretamente de um avanço científico, mas sim de um simples produto de controle social das mulheres pelos homens (Weeks, 2010, p.58):

O emergente discurso sobre a diferença sexual permitia um amplo leque de respostas sociais e políticas diferentes e, frequentemente, contraditórias. Mas no centro das definições emergentes estavam novas relações culturais e políticas, que eram produto de mudanças no equilíbrio de poder entre homens e mulheres. A nova percepção da sexualidade feminina e da biologia reprodutiva tinha sido absolutamente central para o moderno discurso social e político, pois enfatizava a diferença e a divisão, em vez da similaridade e complementaridade (WEEKS, 2010, p58).

A sexualidade masculina predominou como universal e hegemônica e os homens foram definidos como agentes sexuais ativos, e as mulheres, por causa de seus corpos *sexualizados*, eram vistas como reativas (WEEKS, 2010, p.41). Como objetos de desejo, percebe-se que até mesmo nas sociedades antigas essa visão “essencialista” da supremacia masculina foi mantida. As prostitutas foram vistas como mulheres duplamente inferiores, a partir dessa perspectiva.

³ O livro do historiador - Inventando o Sexo – Corpo e Gênero dos Gregos a Freud, descreveu como a sexualidade feminina foi renegada na Antiguidade em relação à masculina e como os discursos médicos construíram as diferenças sexuais. Para compreender essa discussão, ver: LAQUEUR, Thomas. Inventando o sexo: corpo e Gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

O cristianismo e as mudanças na sexualidade

Segundo Michel Foucault, em seu Livro História da Sexualidade II : O uso dos prazeres , mudanças significativas ocorreram nas formas como se fazia e via o sexo, a partir da inserção do Cristianismo como religião oficial. Nas sociedades pagãs da Grécia e Roma Antiga, o ato sexual tinha significações positivas (FOUCAULT, 2010b, p.21). A homossexualidade, na história e no cotidiano dessas sociedades, era tolerada, e em certos casos, até estimulada, havendo muitos que julgavam que o amor verdadeiro somente acontecia entre pessoas do mesmo sexo. O valor fundamental era atribuído à figura do homem livre, identificada com a figura masculina ativa (política e socialmente). Entretanto, Chauí (1984, p. 25-26) nos indica que havia regras para a prática sexual entre pessoas do mesmo sexo:

A mulher era considerada naturalmente “passiva”, e o jovem livre, do sexo masculino, considerado “passivo” por sua condição de dominado e por obrigação faziam com que as relações hemofílicas ⁴ só fossem admitidas entre um homem livre adulto e um jovem livre ou escravo adulto. O jovem, pela idade, podia ser livre e “passivo” sem desonra; o escravo, por sua condição desonrosa, só podia ser “passivo”, mas um homem livre adulto que se prestasse a uma relação hemofílica no papel “passivo” era considerado imoral e indigno. O homem adulto que fosse “passivo” perdia sua condição de *cidadão* nestas sociedades (CHAUÍ, 1984, pp.25-26).

Percebe-se, com esta citação, que o valor do próprio ato sexual era positivado nas sociedades pagãs. As práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo eram valoradas, mantendo as hierarquias de poder pela idade e condições de liberdade. Já no Cristianismo, o parceiro legítimo para o ato sexual só era possível, através do casamento monogâmico com pessoas de sexos opostos, neste caso, homens e mulheres, e as práticas sexuais só poderiam acontecer no interior desta conjugalidade, com finalidade exclusivamente para a procriação. Aqueles que praticassem o ato sexual que não fosse para gerar filhos eram considerados indignos da salvação, pois contrariavam as normas cristãs. A virgindade e a castidade permanente também foram fortemente incentivadas (FOUCAULT, 2010b, p.22). A filósofa Marilena Chauí explicou este pensamento em seu livro *Repressão Sexual* ao argumentar:

A vinculação do sexo com a morte e, conseqüentemente, do sexo com a procriação, faz com que na religião cristã a sexualidade se restringisse a função reprodutora. Embora o sexo esteja essencialmente ligado ao pecado, todas as atividades sexuais que não tenham finalidade procriadora são consideradas ainda mais pecaminosas, colocadas sob a categoria de concupiscência e da luxúria e como pecados mortais (CHAUÍ, 1984, p.85).

⁴ Hemofílicas era o nome dado às práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo nas sociedades antigas.

Os relatos bíblicos são documentos que revelam como foi construída a representatividade religiosa sobre a sexualidade. Tomando a Bíblia como *livro sagrado*, suas passagens foram interpretadas e seguidas pelos “fiéis”, que consideraram, através das leituras, que praticar sexo fora dos pressupostos estabelecidos pela religião cristã significava “distanciar-se de Deus”. Não aceitavam o ato sexual, mas, tolerava-se como um “pecado permitido”, desde que adequado às normas estabelecidas, para a perpetuação da espécie.

Utilizando-se desse argumento, a religião Cristã modificou a forma como a sexualidade era praticada nas sociedades antigas, impondo normas, regras, condutas e colocando o sexo, as práticas e os desejos como um pecado a partir de sua inserção como religião oficial e única nas sociedades ocidentais. A colocação do sexo em discursos ocorreu através de uma tradição ascética e monástica. A confissão foi um dos mecanismos utilizados principalmente na Idade Média para saber o que as pessoas faziam na sua intimidade. Tudo deveria ser dito no confessional, até mesmo os desejos, imaginações voluptuosas, deleites, movimentos simultâneos da alma e do corpo (FOUCAULT, 2010a, p.25). Buscou-se, com essa prática, fazer da carne, da consumação do ato sexual, a origem de todos os pecados. “O desejar, o querer, já era um grande pecado” (FOUCAULT, 2010a, p.29).

Nas regras da Igreja, proibiam-se práticas consideradas contra a natureza, que fossem fora do “vaso considerado natural”. Desta sorte, as práticas sexuais passaram a ser controladas e a homossexualidade perseguida. O sexo admitido era restrito e exclusivo para a procriação, devendo ser praticado dentro do casamento. Era proibido gozar fora do vaso natural e obrigatório não utilizar o “vaso traseiro”. A prática do sexo anal além de ser condenada, por não procriar, também era considerada anormal, pois animalizava a mulher, comparando-as a feras em um ato que deveria ser sagrado (DEL PRIORE, 2011. p.42-48). A prostituição também foi condenada no discurso religioso, por não objetivar a procriação e também devido o ato sexual ter a função de prazer, satisfação, distanciando os “pecadores” de Deus.

No século XVIII, fatores históricos, políticos e econômicos contribuíram para os “discursos” sobre a sexualidade saírem do campo religioso, ganhando novos significados, através de uma nova Repressão Sexual. Surgia a necessidade de regular o sexo por meio de mecanismos úteis e não somente pelo rigor de uma proibição baseado na religião. Inseriu-se, nesse contexto, a “*ciência sexual*”, em que médicos e juristas criaram uma série de pesquisas que resultaram numa multiplicidade de discursos sobre a sexualidade, definindo e demarcando os espaços de exercício sobre a sexualidade ancorada não mais na religião, mas na “ciência”, na razão.

Entender como o sexo se tornou pecaminoso é importante para associar o discurso religioso ao discurso científico e contextualizar como a prostituta é estigmatizada por amplos discursos. O sexo é o assunto central, o principal ponto de observação e regulação, tanto no discurso médico como no discurso religioso, e a prostituta sobrevivia/sobrevive a partir da prática sexual.

A “ciência sexual” e a normatização da sexualidade através dos discursos

A colocação da sexualidade como campo de preocupação da medicina, psiquiatria, sociedade e Estado gerou uma série de controles, “imposições de poder”, com a intenção de inserir um padrão “ótimo” e “único” no exercício da sexualidade. O interesse pelo controle da sexualidade adveio a partir do século XVIII, devido às mudanças ocorridas na própria sociedade, transformações estas que atravessaram o campo da política, economia e “moralidade”, ao indicar qual o tipo de “população” que se estava gerando e organizando-se por meio do sexo. Ao perceber que *“seu futuro e sua fortuna estavam ligadas a maneira como cada um usa o sexo”*, o Estado passou a preocupar-se com a “população” do presente e do futuro, com a saúde dos indivíduos, e também com seus fenômenos específicos e variáveis próprias, tais como: a natalidade, a morbidade e a esperança de vida (FOUCAULT, 2010a, p.32).

Weeks (2010, p.55) argumenta que a própria ideia de “sexualidade” como um domínio unificado, controlado, foi um propósito da burguesia que se consolidou no início do século XVIII, desenvolvida como parte da autoafirmação de uma classe ansiosa para se *“diferenciar a si mesma da aristocracia e da promiscuidade supostamente irrestritas das classes inferiores”*. Era basicamente um projeto colonizador, buscando remodelar tanto a política quanto o comportamento sexual. Tal ideia veio acompanhada da necessidade de dizer a verdade sobre o sexo, modificar a economia do real, mudar e interferir no futuro, regulando a sexualidade (FOUCAULT, 2010a, p.14).

Dever-se-ia preocupar-se com a saúde daquela população “inferior” e “promiscua”, observando a forma como a mesma exercia a sua sexualidade, pois era através do ato sexual, principalmente o heterossexual e monogâmico, que se definia o número de nascimentos saudáveis, das taxas de natalidade, nascimentos legítimos e ilegítimos. Buscar mecanismo de controle, que pudesse estabelecer regras comportamentais era necessário, segundo esse pensamento de regulação sexual para a ordem moral e controle social (FOUCAULT, 2010a, p.32-33).

A repressão sexual foi o modo fundamental de ligação entre poder, saber e sexualidade. Surgiu a observação das condutas sexuais, de suas determinações e efeitos, nos limites entre o

biológico e o econômico. Apareceram também, com a *Ciência Sexual*, campanhas sistemáticas que, a margem dos meios tradicionais – exortações morais e religiosas, medidas fiscais –, tentaram fazer do comportamento sexual dos casais e de todos os indivíduos uma conduta econômica e política deliberada, um padrão único para gerarem corpos saudáveis (FOUCAULT, 2010a, p.32-33) “*Entre o Estado e o individuo o sexo tornou-se objeto de disputa, toda uma teia de discursos, de saberes, de análises e injunções o investiram*” (FOUCAULT, 2010a, p.33).

A ciência sobre a sexualidade, que foi obtida através da prática da confissão, funcionou no século XIX como o domínio de verdade específica – e deve ser entendida pelo ponto de vista de uma história do discurso, que se inscreveu em um regime dotado de saber-poder-prazer (FOUCAULT, 2010a, p.78). Através desses discursos médicos “*multiplicaram-se as condenações judiciais das perversões menores, anexou-se a irregularidade sexual a doença mental; da infância a velhice foi definida uma norma de desenvolvimento sexual*”. O sexo dos casados passou a ser tipificados através destes discursos médicos e romper com as leis do casamento ou procurar prazeres estranhos mereciam condenação. As chamadas “sexualidades periféricas” foram totalmente reprimidas através da explosão desses discursos. A homossexualidade, o incesto, o onanismo, lesbianidade e a prostituição são colocadas no rol das “sexualidades desviantes” (FOUCAULT, 2010a, p.52). Aqueles(as) que não se adequavam ao padrão desejado eram rechaçados(as) a uma “espécie sexual”, uma “doença”, “anomalia sexual”. Esses indivíduos deveriam ser confiscados e regulados pelo Estado para o bem da sociedade:

As sexualidades ilegítimas tivessem seus espaços em outros lugares, onde não incomodassem, ou pudessem ser reinscritas nos circuitos de produção: a prostituta, o cliente, o rufião são forma de “prazer” que as palavras e os gestos estão autorizados na surdina. O sexo selvagem somente teria seu espaço em lugares específicos. Fora destes lugares o puritarismo moderno teria imposto seu tríplice decreto de interdição, inexistência e mutismo (FOUCAULT, 2010a, p.11).

O poder regulador ganhou impulso pelo seu próprio exercício no controle da sexualidade. O exame médico, a investigação psiquiátrica, o relatório pedagógico e os relatórios familiares contribuíram para revelar todas as sexualidades errantes e improdutivas (FOUCAULT, 2010a, p. 52-53). Os controles das sexualidades que estavam fora do padrão normal, na perspectiva de Foucault, constituíram um correlato de procedimentos precisos de poder. A família, o Estado e a Igreja se transformaram em dispositivos para a adequação da sexualidade sadia.

No período demarcado como “vitoriano”, a sexualidade das mulheres foi bastante regulada para assegurar a “pureza” e a manutenção da “família saudável”, pois eram as mulheres que geravam os filhos, que procriavam, e estes “filhos” deveriam ter uma boa educação e saúde, sendo

que a função da mulher era basicamente a procriação e os cuidados com os filhos. Diversas categorias universais foram atribuídas às mulheres e pautaram durante séculos códigos de condutas e comportamentos, em que definiram o ideal de mulher: submissa, frágil, recatada e obediente, cabendo-lhes o papel de desempenhar honradamente a sua função de mãe e boa esposa (SOHIET, 1997, 367). A imagem da mãe-esposa-dona de casa como principal e mais importante função da mulher correspondeu ao pregado pelas Igrejas Cristãs, ensinado por médicos e juristas, legitimado pelo Estado e divulgado pela imprensa (MALUF, 1998, 374).

As mulheres prostitutas eram a verdadeira contradição da mulher ideal, tantos nos discursos religiosos como nos discursos médicos, baseados na cientificidade, “racionalidade”. Se o sexo era um assunto de Estado e seu controle e regulação eram necessários, o que faríamos com aqueles que sobreviviam da prática do ato sexual?

Baseados nesses discursos sobre a sexualidade “desviante”, o olhar ocidental referente à prostituição, enquanto prática social e tema acadêmico, durante muito tempo, foi saturado de representações extremamente moralistas, que associaram as prostitutas às imagens de sujeira e podridão e ao que constitui uma dimensão rejeitável da sociedade (RAGO, 1989, P. 23). Muitos estudiosos procuraram explicar os motivos que levavam as mulheres à prática do meretrício, uma vez que elas não se ajustavam a estes ideais e padrões normativos da ordem estabelecida. Portanto, uma espécie de antítese da imagem ideal da mulher/mãe/casada.

Essas mulheres que não se adequavam ao padrão normativo de sexualidade e as chamadas “sexualidades periféricas” passaram a ser analisadas e tipificadas através dos discursos médicos que surgiram nesse período. De 1860 até 1890, a prostituição, as doenças venéreas, a imoralidade pública e os vícios privados estavam no centro do debate. Muitas pessoas viam na decadência moral um símbolo da decadência social (WEEKS, 2010, p.53). A prostituta foi classificada como uma “espécie sexual” por não se ajustar aos atributos que demarcavam o seu lugar de gênero e sexualidade.

A Prostituta: a “espécie sexual”

A prostituição foi inserida pelos discursos médicos no espaço da sexualidade doente. A concepção da prostituta foi construída através da oposição ao papel de esposa/mãe. O instinto sexual não controlado geraria a perversão e/ou depravação, comprometendo não só a capacidade

orgânica, mas também a capacidade moral da mulher para conceber e gerar filhos (ENGELS, 1989, p.83).

As obras de Magali Engel, Margareth Rago e Luiz Carlos Soares indicam como esses discursos chegaram ao Brasil, bem como quais foram os mecanismos de controle, de poder e de regulação utilizados pelo Estado na condição de políticas de regulação e higienização das cidades⁵. A intenção dos médicos e sanitaristas era controlar, regular e tirar dos olhos da sociedade as prostitutas que transitavam nos grandes centros urbanos. Elas deveriam ser confiscadas e exercerem suas atividades em espaços delimitados, que não perturbasse a boa ordem, a moral.

Soares (1992, p.16) revela que os médicos da cidade do Rio de Janeiro se basearam principalmente nos trabalhos dos higienistas franceses da primeira metade do século XIX, que discutiam a prostituição parisiense. Através dos estudos desses relatórios, os médicos cariocas procuravam explicar a prostituição enquanto um fenômeno natural e social, tentando desenvolver um conhecimento para que fosse possível o controle do fato, que na impossibilidade de removê-lo, viram-se obrigado a tolerar. Enquanto fato natural, a prostituição foi vinculada a possibilidade de realização dos instintos sexuais masculinos.

As medidas de controle e fiscalização que os médicos e juristas tomaram em relação à prostituição foram plenamente justificadas pelas teorias científicas vigentes do período, as quais se fundamentaram em estudos de Augusto Comte, Hebert Spencer, Richard von Krafft – Ebing e Cesar Lombroso. Os sanitaristas e médicos brasileiros se pautaram nesse pensamento para atestarem a inferioridade física e mental da mulher, especialmente, a da prostituta (RAGO, 1989, p.165).

Vinculada à ideia de prazer excessivo e não da reprodução, a prostituição foi inserida no espaço da sexualidade pervertida. Desse modo, a prostituta foi classificada ao lado do pederasta, do onanista, do sodomita, da lésbica e da ninfomaníaca. Ou seja, em outros termos, ao lado dos tipos sociais que apresentam um comportamento sexual desviante (ENGELS, 1989, pp72). O corpo da prostituta, e de todas as “*espécies sexuais*”, foi classificado como o lugar da esterilidade. No caso da prostituição, o ato sexual é comercial, não tendo a função de gerar filhos e não estando inserido dentro dos limites do casamento cristão monogâmico. Nesse sentido, a prostituta infligia tanto o

⁵ ENGEL, Magali. Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 1989; RAGO, Margareth. Os Prazeres da Noite. Prostituição e Códigos da Sexualidade Feminina em São Paulo (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; SOARES, Luiz Carlos. Rameiras, ilhoas e polacas... a prostituição no Rio de Janeiro do século XIX. Rio de Janeiro: Ática, 1992.

discurso religioso como o discurso médico por inviabilizar o projeto de regulamentação dos corpos e da sexualidade “normal” e “sadia”.

O processo de incorporação da prostituição ao campo do saber científico trazia implicitamente a necessidade de transformá-la em objeto de ação médica. Para que a temática fosse associada aos diferentes campos de estudo, a prostituição passou a ser vinculada como principal propulsora das doenças venéreas. Tal aspecto apresenta-se como um dado fundamental, não só para que a análise da prostituição pudesse ser plenamente absorvido nos espaços de produção do conhecimento médico, como também pudesse legitimar uma atuação saneadora do médico (ENGELS, 1980, p.64).

Influenciados pelos pensadores europeus, os(as) pesquisadores(as) brasileiros (as) definiram a prostituta como “mulher anormal”, “delinquente nata”. Sua debilidade psíquica foi associada a uma constituição deficitária, explicada a partir da comercialização sexual do seu corpo. As teorias científicas sobre a condição feminina foram marcadamente biologizantes e culpabilizaram a mulher pela prostituição. A explicação da existência da prostituição recaiu, sobretudo, na debilidade psíquica da meretriz, decorrente de uma configuração orgânica e patológica (RAGO, 1989, p.165-166).

Considerações Finais

De acordo com o pensamento de Foucault, a sexualidade é uma invenção social, uma vez que se constituem, historicamente, a partir de múltiplos discursos sobre o sexo. Tratam-se de discursos que regulam, normatizam e instauram saberes, produzindo “verdades”. E os saberes estabelecidos através dessas verdades possuem a intenção de regular os corpos e impor controles, definindo o “normal” e o “anormal” (LOURO, 2010, p.11-12).

As definições de sexualidade “normal” e “anormal” continuam contemporâneas, uma vez que os discursos médicos, religiosos e políticos objetivam regular o “sexo único”. Entretanto, o sexo e a sexualidade são construções históricas do momento em que se pensa, articula e se vive. Não existe uma história única e fixa da sexualidade, pois existem “histórias das sexualidades”. Não se deve construir uma preocupação quanto à compreensão de quando se iniciou a repressão sexual, mas sim em revelar por que a vontade de saber sobre o sexo é tão importante para impor um poder (FOUCAULT, 2010a, p.16).

Esses discursos sobre a sexualidade, seja ela considerada “normal” ou “anormal”, são mecanismos de poder. A história da sexualidade é a história dos nossos discursos, os quais constroem a sexualidade e colocam o corpo como objeto de conhecimento. A explosão discursiva nasce para controlar os corpos, definir as possibilidades, considerando o aparato da sexualidade (WEEKS, 2010, p.48).

Ao longo da construção desse texto, foi considerado relevante proceder a descrição das patologias criadas sobre a prostituta, por corresponder à antítese da mulher/mãe ideal. Na atualidade, essas “ideias” ainda sustentam as formas de exercício da sexualidade humana e feminina.

Entretanto, a sexualidade é o centro da nossa existência e a padronização está sendo implodida, contestada, problematizada nas últimas décadas. Podemos perceber essas afirmações através dos estudos da chamada *teoria queer*,⁶ em que a “*padronização do sexo*”, o “*império sexual*”, a heterossexualidade como um regime político vem sendo colocado no centro do debate dos meios acadêmicos e científicos. Surgem, nesse contexto, “novos discursos sexuais”, agora buscando a não definição de um padrão único de sexualidade. Reflexos, portanto, da história.

A história da humanidade se modificou, assim como a sexualidade e os seus discursos. Os discursos teológicos e médicos apresentados nesses textos estão no passado. Foram produzidos nos séculos XVII, XVIII e XIX e tiveram a sua importância para a “ciência” daquele período. Outros discursos estão surgindo na contemporaneidade. Finaliza-se esse ensaio problematizando o olhar sobre o sexo e a sexualidade, possibilitando a ampliação dos olhares ao compreender a sexualidade como um fenômeno histórico.

Referências:

- BENEVIDES, Nete. A Louvação das prostitutas de Riachão do Jacuípe ao glorioso São Roque. Secretaria de Cultura e Turismo, FUNCEB: Salvador; 2006.
- CHAUÍ, Marilena. Repressão Sexual. São Paulo: Brasiliense, 3ª Ed. 1984.
- DEL PRIORE, Mary. Histórias Íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil. Editora Planeta do Brasil: São Paulo, 2011.
- ENGELS, Magali. Maretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FOUCAULT, Michel. A História da Sexualidade – volume 1 – A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010a.

⁶ Para discussões ver texto: PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. Estudos Feministas, Florianópolis, 19(1): 312, janeiro-abril/2011.

FOUCAULT, Michel. A História da Sexualidade – volume 2 – O uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010b.

LAQUEUR, Thomas. Inventando o sexo: corpo e Gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. In LOURO, Guacira Lopes (org). O corpo educado – pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001. PP. 125-150.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAIS, Fernando (Org.) História da vida Privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. Estudos Feministas, Florianópolis, 19(1): 312, janeiro-abril/2011.

RAGO, Margareth. Os Prazeres da Noite. Prostituição e Códigos da Sexualidade Feminina em São Paulo (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SOARES, Luiz Carlos. Rameiras, ilhoas e polacas... a prostituição no Rio de Janeiro do século XIX. Rio de Janeiro: Ática, 1992.

SOHIET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary Del (org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 1997.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In LOURO, Guacira Lopes (org). O corpo educado – pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001. PP. 35-82 Edições Graal, 2001 (9a. Edição).